

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.135 - AM (2019/0355411-8)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : DANIELE COIMBRA FERREIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto pela Defensoria Pública em favor de DANIELE COIMBRA FERREIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Amazonas (HC n. 4003643-46.2019.8.04.0000).

Segundo consta dos autos, a recorrente foi condenada na data de 24/7/2019 pela prática do crime previsto no artigo 157, §2º, inciso I, do Código Penal, à pena de 05 anos e 04 meses de reclusão, **a ser cumprida no regime inicial semiaberto, negado o direito de apelar em liberdade.** (e-STJ fls. 10/15).

Contra essa decisão, a defesa, impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, asseverando a inexistência de fundamentos idôneos que justifiquem a prisão preventiva, por ser a recorrente primária e **mãe de uma filha de 2 anos de idade.**

O Tribunal, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fls. 33/34):

HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. RÉ PRESA DURANTE TODA A PERSECUÇÃO PENAL. PERSISTÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. PRISÃO DOMICILIAR. CRIME COMETIDO COM GRAVE AMEAÇA. IMPOSSIBILIDADE. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRECEDENTES. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

1. Não ocorre constrangimento ilegal quando a prisão cautelar da Paciente encontra-se alicerçada no pressuposto do fumus comissi delicti, consubstanciado nos indícios de autoria e

Superior Tribunal de Justiça

na prova da materialidade do delito, bem como, no periculutn libertatis, embasado na garantia da ordem pública, como bem descrito nas decisões proferidas pelo MM. Juiz de primeira instância - decretação da prisão preventiva da Paciente; indeferimento do pedido de concessão de liberdade provisória; indeferimento do pedido de prisão domiciliar -, contrariando, dessa forma, as afirmações do Impetrante, acerca da ausência de fundamentação.

2. *In casu*, a materialidade do delito resta consubstanciada no Auto de Exibição e Apreensão e no Termo de Entrega, os quais são aptos a confirmar que a Ré foi encontrada em posse dos pertences da Vítima, quais sejam, 01 (um) aparelho celular da marca Samsung, modelo J2 Prime, (Jl (um) relógio, (Jl (um) automóvel, modelo Fiat MOBI, ano 2017/2018, placa PHW-5110, cor branca.

3. Em relação à autoria, a Ré confessou que participou da empreitada criminosa, tanto na Delegacia, quanto em Juízo. Noutro giro, a Vítima também reconheceu os Acusados, como autores do crime em análise, conforme atesta o Termo de Reconhecimento de Pessoa. Logo, presente o pressuposto do *fumus comissi delicti*.

4. Ademais, além dos aspectos anteriormente citados, há fundado risco à ordem pública, evidenciado, em especial, pelo fato de que a Paciente foi a idealizadora do crime e, quando anunciado o assalto, ameaçou a Vítima com uma faca no pescoço.

5. Não configura ofensa ao princípio da presunção de inocência a segregação da Ré, enquanto aguarda o processamento e julgamento de seu Recurso de Apelação, nos termos da Súmula n.º 09 do colendo Superior Tribunal de Justiça, impondo-se, no caso em tela, a manutenção da custódia cautelar, uma vez que, além da Ré haver permanecido custodiada durante toda a persecução criminal, remanescem presentes os requisitos ínsitos no art. 312 do Código Penal. *Precedentes*.

6. Noutro giro, o crime cometido pela Paciente, com emprego de violência e grave ameaça, está inserido nas exceções para a concessão do benefício da prisão domiciliar, nos termos do art. 318-A do Código de Processo Penal.

7. *Ordem de Habeas Corpus CONHECIDA E DENEGADA.*

Superior Tribunal de Justiça

Na presente oportunidade, a defesa alega, inicialmente, ausência de fundamentação idônea para a negativa de recorrer em liberdade, por ser a recorrente primária, ter 18 anos e possuir residência fixa. Informa por fim, que DANIELE é mãe de uma criança menor de 12 anos e encontra-se grávida.

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória à recorrente, com a expedição do competente alvará de soltura em seu favor.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, os incisos IV e V do art. 318 do Código de Processo Penal autorizam o Juiz a substituir a prisão preventiva da mulher gestante ou mãe com filho de até 12 anos de idade pela domiciliar.

Sobre o tema, o Colegiado da Suprema Corte, por ocasião do julgamento do *Habeas Corpus* coletivo n. 143.641/SP, concluiu que a norma processual (art. 318, IV e V, do CPP) alcança a todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda, relacionadas naquele *writ*, bem ainda todas as outras em idêntica condição no território nacional.

Em data recente, sobreveio a Lei n. 13.769/2018, de 9/12/2018, introduzindo os artigos 318-A e 318-B no Código de Processo Penal:

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:

Superior Tribunal de Justiça

I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

Art. 318-B. A substituição de que tratam os arts. 318 e 318-A poderá ser efetuada sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 deste Código.

No particular, observa-se que o Tribunal destacou o risco à ordem pública, destacando que, *in casu*, além dos aspectos acima citados, há fundado risco à ordem pública, evidenciado, em especial, pelo fato de que a paciente foi a idealizadora do crime, porquanto restou comprovado nos autos que "a acusada Daniele teve a ideia de roubar um motorista de aplicativo e fez solicitação de carro definindo o trajeto da Rua Jerusalém - Novo Israel até o bairro Educandos". Além disso, quando chegaram à Rua São Francisco, no bairro Educandos, os acusados anunciaram o assalto e a Ré, Daniele, ameaçou a Vítima com uma faca no pescoço (e-STJ fl.40).

Com efeito, "[a] gravidade concreta do crime, aferida pelo *modus operandi* de sua prática, constitui base empírica idônea da prisão preventiva fundamentada na garantia da ordem pública". (HC n. 122.046 AgR, Relator Ministro LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 25/08/2015, publicado em 22/9/2015).

Além disso, verifica-se que o crime pela qual a recorrente foi condenada por crime praticado com emprego de violência e grave ameaça, sendo vedada a concessão do benefício da prisão domiciliar, nos termos do art. 318-A, I, do CPP.

Nesse sentido, a título de exemplo:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SUBSTITUIÇÃO PELA CUSTÓDIA DOMICILIAR. DELITO COMETIDO COM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO

Superior Tribunal de Justiça

CONHECIDO.

- 1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.*
- 2. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.*
- 3. No caso, a segregação cautelar da paciente foi decretada, e mantida na sentença condenatória, com base na gravidade concreta da conduta delituosa, eis que o delito de roubo teria sido praticado mediante o uso de arma de fogo e em concurso de agentes, o que, de fato, justifica a segregação cautelar, pois o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado de que não há constrangimento ilegal quando a prisão preventiva é decretada em razão do modus operandi com que o crime fora praticado.*
- 4. Ademais, pelo que consta da sentença, a paciente é reincidente, o que também autoriza sua segregação cautelar, para garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva.*
- 5. Com o advento da Lei n. 13.257/2016, o artigo 318 do CPP passou a permitir ao juiz a substituição da prisão cautelar pela domiciliar quando o agente for "mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos".*
- 6. In casu, verifica-se que a paciente, embora mãe de crianças menores de 12 anos, foi presa em flagrante e condenada pela prática de roubo majorado, delito cometido com grave ameaça, no caso exercida mediante o uso de arma de fogo.*
- 7. Assim, mesmo diante da necessidade de observância à doutrina da proteção integral às crianças, tenho que o caso concreto não permite a concessão da prisão domiciliar, diante da expressa vedação legal, contida no inciso I do art. 318-A do CPP.*
- 8. Habeas corpus não conhecido. (HC 532.712/SP, Rel. Ministro Ribeiro Dantas, QUINTA TURMA, Julgado em 22/10/201, DJe 30/10/2019).*

Superior Tribunal de Justiça

Por último, embora tenha sido condenada a cumprir pena no regime semiberto, o Juízo sentenciante determinou a expedição da guia de execução provisória, providência que assegura a condenada o direito aos benefícios da execução penal, nos termos da Súmula 716 do Supremo Tribunal Federal:

Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo Colegiado da Quinta Turma.

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, notadamente para que informe acerca da situação prisional da paciente, o estado de gravidez e o atendimento médico que vem recebendo por parte do Estado, bem como o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

